



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

TERMO ADITIVO Nº 05 AO CONTRATO TRE-RO N. 06/2022.

TERMO ADITIVO N. 05 AO CONTRATO TRE-RO N. 06/2022 (EVENTO [0818369](#))

PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO (SEI) TRE-RO N. 0001400-55.2021.6.22.8000

PREGÃO ELETRÔNICO TRE-RO N. 07/2022

QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O TRE-RO E A EMPRESA COMPLIANCE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO E GESTÃO DE MÃO DE OBRA LTDA., PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE APOIOS ADMINISTRATIVO, OPERACIONAL, À MANUTENÇÃO PREDIAL, DE TRANSPORTE E TÉCNICO, PARA ATENDER A JUSTIÇA ELEITORAL DE RONDÔNIA.

A UNIÃO, por meio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA – TRE-RO**, inscrito no CNPJ sob o n. 04.565.735/0001-13, com sede na Av. Presidente Dutra, 1889 – Baixa União, CEP: 76.805-859, em Porto Velho/RO, neste ato representado por sua Diretora Geral, senhora **LIA MARIA ARAÚJO LOPES**, brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG ***.893-SSP/RO e do CPF ***.106.849-**, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e, de outro lado, a empresa **COMPLIANCE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO E GESTÃO DE MÃO DE OBRA LTDA.**, inscrita no CNPJ sob o n. 11.345.107/0001-98, com sede na Rua das Figueiras, Lote 07, Sala 1202, Edifício Vista Tower, Águas Claras, CEP: 71.906-750, em Brasília/DF, Telefone(s): (61) 99591-4869 / (61) 9212-1413 / (61) 3264-3955 / (61) 3563-4585, e E-mail(s): bruna@complianceservicos.com.br e contato@complianceservicos.com.br, neste ato representada por sua Diretora Executiva, senhora **BRUNA DE PONTES SILVA**, brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG ***61397/SSP-MG e do CPF ***.113.296-**, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, em conformidade com o Ato de Autorização constante no DESPACHO Nº 306/2023 - PRES/DG/GABDG, de 28/03/2023 (evento [0993017](#)), celebram, mediante acordo entre as partes, o presente instrumento, ficando estabelecidas as seguintes cláusulas e condições:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

DO OBJETO

(Artigo 55, I, da Lei 8.666/1993)

CLÁUSULA PRIMEIRA – O presente instrumento possui os seguintes objetos:

1. Registrar a Repactuação de 8,99% (oito inteiros e noventa e nove centésimos por cento) sobre o valor mensal dos postos contratados (já inclusos os respectivos encargos legais), a contar de 1º/01/2023 até 31/12/2023, em face da homologação do Termo Aditivo à Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) 2023 SINTELPES-SEAC-RO (evento [0972000](#)), conforme detalhamento abaixo, planilha de composição de custos (evento [0972007](#)) e Informação 56/2023/SEAP (evento [0987821](#)) do Processo SEI respectivo:

Tabela1 - Reflexos da convenção coletiva de 2023 e termo aditivo para efeitos desta repactuação:

1. Alteração/Reajuste dos salários dos terceirizados de 7,45% sobre os salários anteriores vigentes na CCT 2022, conforme Cláusulas Terceira e Quarta do termo aditivo à CCT 2023:

1.1 - Copeira / Auxiliar de Cozinha - R\$1.582,05;

1.2 - Auxiliar Administrativo/Compras/Financeiro/RH - R\$3.455,96;

1.3 - Almoxarife /Conferente - R\$2.510,07;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

1.4 - Recepcionista - R\$2.146,86.

1.5 - Encarregado / Supervisor - R\$2.677,48;

1.6 - Auxiliar de Serviços Gerais - R\$1.838,85;

1.7 - Jardineiro - 2.070,75;

1.8 - Oficial de Manutenção Predial/Artífice de Manutenção - R\$3.020,33;

1.9 - Operador de Empilhadeira - R\$3.017,89;

1.10 - Motorista - Veículo Médio - R\$3.014,68;

1.11 - Motorista - Veículo Pesado - R\$3.501,40;

1.12 - Técnico em áudio e Vídeo - R\$3.350,24;

1.13 - Desenhista Industrial Gráfico (Design Gráfico) - R\$2.986,65;

2. Alteração do auxílio alimentação de R\$ 500,00 para R\$ 540,00 - Cláusula Sexta do termo aditivo à CCT 2023;

3. Alteração do auxílio transporte de R\$ 112,00 para R\$ 120,34 - Cláusula Sétima, Parágrafo Sétimo do termo aditivo à CCT 2023;

4. Alteração nos demais itens que compõem a planilha de custos e formação de preços decorrente da aplicação de percentuais relativos a encargos sociais e carga tributária sobre a remuneração ou sobre a soma deste com insumos, despesas administrativas, lucro.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Tabela 2 - Alterações nos valores homem/mês e mensal

Mão de Obra/Quantidades	VALOR ATUAL/MÊS	VALOR/MÊS C/ REPACTUAÇÃO 2023
54	R\$312.510,81	R\$ 338.966,82

1.1 Em decorrência da repactuação acima registrada, incidiu ao Contrato o valor de R\$ 414.809,56 (quatrocentos e quatorze mil oitocentos e nove reais e cinquenta e seis centavos), correspondente à atualização do Contrato TRE-RO n. 06/2022 na ordem de 4,44% (quatro inteiros e quarenta e quatro centésimos por cento), conforme demonstrativo a seguir:

Tabela 3 - Valores			
VALOR TOTAL ATUAL DO CONTRATO		(A)	R\$ 9.325.500,00
Valor atual mensal dos serviços (2022)	Meses faltantes p/ execução em 01/11/2024	Valor do saldo atual do Contrato	
R\$312.510,81	28meses e 8 dias	(B)	R\$ 7.042.514,74
Estimativa de Horas Extras:		(C)	R\$150.000,00
Diárias		(D)	R\$215.000,00
VALOR DO SALDO ATUAL DO CONTRATO (B+C+D):		(F)	R\$7.407.514,74
Valor mensal c/ repactuação de (2023)	Meses faltantes p/ execução em 01/11/2024	Valor atualizado do saldo do Contrato	
R\$338.966,82	22meses	(G)	R\$7.457.324,30
Estimativa de Horas Extras:		(H)	R\$ 150.000,00



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Estimativa de diárias	(I)	R\$215.000,00
VALOR ATUALIZADO DO SALDO DO CONTRATO (E+F):	(J)	R\$ 7.822.324,30
VALOR DA REPACTUAÇÃO (J - F)	(K)	R\$ 414.809,56
PERCENTUAL DE ATUALIZAÇÃO DO VALOR DO CONTRATO (H/A):	(L)	4,44%
VALOR ATUALIZADO DO CONTRATO COM A REPACTUAÇÃO DE 2023 (A+K)	(M)	R\$9.740.309,56

2. Registrar o acréscimo contratual no percentual de 0,64% (sessenta e quatro décimos por cento) sobre o valor do Contrato n. 06/2022/TRE-RO, correspondente ao valor de R\$ 63.136,53 (sessenta e três mil cento e trinta e seis reais e cinquenta e três centavos), em razão do acréscimo de 01 (um) posto de trabalho de Desenhista Técnico (Construção Civil e Arquitetura), a contar de 1º/04/2023 até 31/12/2023, conforme Solicitação 9/2023/COMSEG (evento [0988323](#)), Planilha evento [0987485](#) e consoante a seguir detalhado:

a) As qualificações do posto ora acrescido constam no item 3.8 do Termo de Referência correspondente (evento [0765745](#)), com as adaptações inerentes à unidade do TRE-RO onde o posto referido será alocado;

b) A lotação dos postos ora acrescidos, salvo modificação posterior, se dará conforme tabela abaixo, sendo que a fiscalização da execução dos serviços será do titular da unidade de alocação do posto, e de seu substituto, nas ausências do titular, conforme definido na Cláusula Décima Sétima do Contrato originário:

Tabela 4 – Lotação do posto acrescido		
--	--	--



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Quantidade	Posto	Lotação
1	Desenhista Técnico (Construção Civil e Arquitetura)	Assessoria de Engenharia (ASSENGE) do TRE-RO

2.1 O acrescido de posto em questão terá um custo mensal para o TRE-RO de R\$ 7.015,17 (sete mil quinze reais e dezessete centavos), considerando a ativação do posto a partir de 01/04/2023, e terá um custo para o exercício 2023 de R\$ 63.136,53 (sessenta e três mil cento e trinta e seis reais e cinquenta e três centavos), considerando que a prestação dos serviços ora acrescidos se dará por 9 meses.

Subcláusula única – O histórico desta contratação consta no anexo I deste instrumento.

DO VALOR

(Artigo 55, III e V, da Lei 8.666/1993)

CLÁUSULA SEGUNDA – O valor TOTAL deste instrumento é de R\$ 477.946,09 (quatrocentos e setenta e sete mil novecentos e quarenta e seis reais e nove centavos), correspondente ao somatório do impacto/atualização da repactuação 2023, no importe de R\$ 414.809,56 (Cláusula Primeira, item 1. deste instrumento) e do impacto do Acréscimo deste Contrato, no importe de R\$ 63.136,53 (Cláusula Primeira, item 2. deste instrumento), conforme a seguir detalhado:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula Primeira - As despesas com a execução do presente instrumento correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento da Justiça Eleitoral de Rondônia, Fonte: 10000000000, Natureza da Despesa: 339037, consoante Notas de Empenho 2023NE000142 – Reforço e 2023NE000144 - Reforço, ambas de 17/03/2023 (eventos [0989713](#) e [0989714](#)), a serem reforçadas durante a vigência contratual, caso necessário.

Subcláusula Segunda - A Contratada deverá apresentar fatura complementar contendo a diferença entre os valores pagos e valores majorados com relação à repactuação registrada neste instrumento.

Subcláusula Terceira - O valor atualizado deste Contrato, para fins de cômputo do limite máximo de eventuais acréscimos e supressões permitidos legalmente (Art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/1993 e Acórdão TCU 749/2010–Plenário), é de R\$ 9.740.309,56.

DA GARANTIA

(Artigo 55, VI, da Lei 8.666/1993)

CLÁUSULA TERCEIRA – Para assegurar a plena execução deste instrumento, a **CONTRATADA** deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da assinatura deste instrumento, complementação de **GARANTIA** no importe de 5% (cinco por cento) sobre o valor total deste Termo Aditivo, no valor de R\$ 23.897,30 (vinte e três mil oitocentos e noventa e sete reais e trinta centavos), a qual deverá ter prazo de validade de 03 (três) meses após o término do período de execução contratual, em uma das modalidades previstas no art. 56, § 1º, da Lei 8.666/1993 e nos termos e condições do art. 56, § 2º, da Lei 8.666/1993, consoante regras estabelecidas na Cláusula Quinta do Contrato originário.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

DO FUNDAMENTO LEGAL

(Artigo 55, XII, da Lei 8.666/1993)

CLÁUSULA QUARTA - O presente instrumento é celebrado com fundamento legal no art. 12 do Decreto Federal nº 9.507/2018, no Acórdão TCU n. 1563/2004-Plenário, no art. 54 da Instrução Normativa n. 05/2017/MPDG e na Cláusula Vigésima Quarta do Contrato n. 06/2022/TRE-RO (quanto à repactuação), assim como com fundamento no artigo 65, § 1º da Lei 8.666/1993 e na Cláusula Vigésima Terceira, item I, 2., do Contrato n. 06/2022/TRE-RO (quanto ao acréscimo).

DA RATIFICAÇÃO

CLÁUSULA QUINTA - Ficam ratificadas todas as cláusulas e condições estabelecidas no Contrato originário e não alteradas pelos termos aditivos e pelas apostilas posteriores.

DA PUBLICAÇÃO

(Artigo 61, Parágrafo único, da Lei 8666/1993)



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

CLÁUSULA SEXTA - O CONTRATANTE providenciará a publicação resumida do presente instrumento no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral de Rondônia e no Diário Oficial da União, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, na forma do Parágrafo único do Artigo 61, da Lei n. 8.666/1993.

E por estarem, CONTRATANTE e CONTRATADA, assim acordados, lavrou-se o presente instrumento, que após lido e achado conforme, foi assinado pelas partes contratantes através do Sistema Eletrônico de Informação – SEI, e pelas testemunhas abaixo.

Porto Velho/RO, março de 2023.

LIA MARIA ARAÚJO LOPES Pela Contratante	BRUNA DE PONTES SILVA Pela Contratada
Fábia Maria dos Santos Silva CPF: ***.849.102-** Testemunha	Luciano da Silva Santos CPF: ***.434.482-** Testemunha



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ANEXO I DO TERMO ADITIVO N. 05 AO CONTRATO N. 06/2022/TRE-RO

HISTÓRICO DA CONTRATAÇÃO

Valor inicial do Contrato, mais valores e informações dos termos aditivos/apostilas:

Contrato/Termo Aditivo/Apostila (Valores, objetos e datas de assinatura e de vigência)	Valor inicial do contrato e valor de cada termo aditivo/apostila	Percentual de acréscimo/supressão de cada termo aditivo em relação ao valor inicial do contrato (Art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/1993)
Contrato n. 06/2022, assinado em 25/04/2022 – Volume XIII do PA (evento n. 0818369). Vigência de 30 meses, a contar 02/05/2022 a 02/11/2024. (Garantia de 5%: R\$ 466.275,00)	R\$ 9.325.500,00	-
Termo Aditivo n. 01, assinado em 23/05/2022 – Volume XV do PA (evento n. 0833470). 1. Registrar ativação de 3 (três) postos de serviços de trabalho (1	R\$ 245.982,93	2,64% de acréscimo



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

<p>Desenhista Técnico, 1 Técnico Áudio/vídeo e 1 Auxiliar Administrativo), a contar de 01/06/2022 (R\$ 137.040,44);</p> <p>2. Registrar o Acréscimo de 2,64%, em face do acréscimo de posto, a contar de 01/06/2022 a 02/11/2024 (R\$ 245.982,93); e</p> <p>3. Alterar parcialmente as tabelas insertas nas CLÁUSULA OITAVA e na CLÁUSULA NONA do Contrato nº 06/2022/TRE-RO, nos seguintes termos:</p> <p>a) Alterar parcialmente a tabela inserta na CLÁUSULA OITAVA do Contrato nº 06/2022/TRE-RO, que passará a constar o total de 6 postos de trabalho; e</p> <p>b) Alterar parcialmente a tabela inserta na CLÁUSULA NONA do Contrato nº 06/2022/TRE-RO, que passará a constar o total de 8 (oito) postos de trabalho.</p> <p>Valor total: <u>Só é referente ao acréscimo</u>, pois o valor da Ativação de postos já foi incluído no valor do contrato inicial.</p> <p>(Garantia de 5%: R\$ 12.299,14)</p>		
<p>Termo Aditivo n. 02, assinado em 28/07/2022 – Volume XVII do PA (evento n. 0866973).</p> <p>1. Registrar ativação de 3 (três) postos de Auxiliar Administrativo,</p>	R\$ 162.133,72	1,74% de acréscimo



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

<p>a contar de 01/08/2022 até o término da vigência contratual (R\$ 538.162,38);</p> <p>2. Registrar o Acréscimo Contratual de 1,74% sobre o valor atualizado do Contrato, em face do acréscimo de posto de Oficial de Manutenção Predial, a contar de 01/08/2022 até o término da vigência contratual (R\$ 162.133,72); e</p> <p>Valor total: <u>Só é referente ao acréscimo</u>, pois o valor da Ativação de postos já foi incluído no valor do contrato inicial.</p> <p>(Garantia de 5%: R\$ 8.116,69)</p>		
<p>Termo Aditivo n. 03, assinado em 11/08/2022 – Volume XVIII do PA (evento 0874609).</p> <p>1. Registrar o Acréscimo Contratual de 0,075% sobre o valor atualizado do Contrato, em face do acréscimo de 1 (um) posto (copeira), a contar de 1º/09/2022 a 31/10/2022.</p> <p>(Garantia de 5%: R\$ 350,56)</p>	R\$ 7.011,38	0,075% de acréscimo
<p>Termo Aditivo n. 04, assinado em 13/02/2023 – Volume XXII do PA (evento 0977323):</p> <p>a) Registrar o Acréscimo Contratual de 2,92 % sobre o valor atualizado do Contrato, em face do acréscimo de 2 (dois) postos</p>	R\$ 89.945,80	2.92% de Acréscimo; e 1,96% de Supressão.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

<p>(Auxiliar Administrativo), a contar de 15/02/2023 a 01/11/2024, correspondendo ao Acréscimo de R\$ 272.403,18;</p> <p>b) Registrar a supressão Contratual de 1,96% sobre o valor atualizado do Contrato, em face da supressão de 2 (dois) postos (Recepcionistas), correspondendo à supressão de R\$ 182.457,38; e</p> <p>c) Registrar ativação de 1 (um) posto de serviços de trabalho (Auxiliar Administrativo), a contar de 15/02/2023.</p> <p>(Garantia de 5%: R\$ 4.497,29)</p>		
<p>Termo Aditivo n. 05, assinado em _/03/2023 – Volume XXV do PA (evento 0993855).</p> <p>1. Registrar a Repactuação de 8,99% sobre o valor mensal dos postos contratados, a contar de 1º/01/2023, em face da homologação do Termo Aditivo à Convenção Coletiva de Trabalho SINTELPES/ROxSEAC/RO 2023/2023, equivalente a 4,44% do Contrato (R\$ 414.809,56); e</p> <p>2. Registrar o Acréscimo Contratual de 0,64% sobre o valor atualizado do Contrato, em face do acréscimo de 1 (um) posto (desenhista técnico), a contar de 1º/04/2023 a 31/12/2023, equivalente a 0,64% do Contrato (R\$ 63.136,53).</p>	R\$ 477.946,09	0,64% de acréscimo



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

(Garantia de 5%: R\$ 23.897,30)		
---------------------------------	--	--

*Eventuais divergências nas somas são decorrentes de arredondamento de casas decimais em cálculos envolvendo dízimas periódicas.



Documento assinado eletronicamente por **BRUNA DE PONTES SILVA, Usuário Externo**, em 29/03/2023, às 14:41, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 29/03/2023, às 15:25, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **FÁBIA MARIA DOS SANTOS SILVA, Chefe de Seção**, em 29/03/2023, às 15:30, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **LUCIANO DA SILVA SANTOS, Auxiliar Administrativo(a)**, em 30/03/2023, às 10:12, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0993855** e o código CRC **D32873B6**.

0001400-55.2021.6.22.8000

PROCESSO: 0001400-55.2021.6.22.8000

INTERESSADO: SEÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO PREDIAL

ASSUNTO: Repactuação - CCT 2023 SINTELPES-SEAC-RO - Acréscimo Contratual – 01 (um) posto de trabalho de Desenhista Técnico - Construção Civil e Arquitetura - Contrato n. 06/2022 – Contratada: COMPLIANCE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO E GESTÃO DE MÃO DE OBRA LTDA. - Prestação de serviços continuados de apoio administrativo, operacional, à manutenção predial, Transporte e técnico.

PARECER JURÍDICO Nº 53 / 2023 - PRES/DG/SAOFC/AJSAOFC

I – DO RELATÓRIO



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

01. Trata-se de processo administrativo no qual, após regular processo licitatório, operou-se a contratação da empresa COMPLIANCE Serviços de Locação e Gestão de mão de obra LTDA., para a prestação de serviços continuados de Apoio Administrativo, Apoio Operacional, Apoio à Manutenção Predial, Apoio de Transporte e Apoio Técnico, pelo prazo **inicial de 30 (trinta) meses, a contar de 02/05/2022**, nos termos registrados no Contrato Administrativo n. 06/2022 ([0818369](#)), o qual se encontra em plena vigência.

02. Por intermédio de e-mail ([0987366](#)) e requerimento de 14/03/2023 ([0987368](#)), a contratada requereu a repactuação dos preços do contrato em virtude de nova Convenção Coletiva de Trabalho de 2023 SINTELPES-SEAC-RO ([0987370](#)). Após análise das planilhas de custos apresentadas pela empresa contratada ([0987800](#)), o gestor do contrato registrou sua concordância com os valores apontados pela contratada. Na Informação n. 56/2023 – SEAP ([0987821](#)) registrou que com a repactuação de 2023 o valor mensal da prestação dos serviços de R\$312.510,81 (trezentos e doze mil quinhentos e dez reais e oitenta e um centavos) para R\$338.966,82 (trezentos e trinta e oito mil novecentos e sessenta e seis reais e oitenta e dois centavos), o que significa a majoração na ordem de **8,99%** (Oito, vírgula noventa e nove por cento) no valor mensal dos serviços contratados no valor mensal dos serviços contratados. Como consequência, o **valor da contratação sofrerá atualização de 4,44% (quatro vírgula quarenta e quatro por cento)**.

03. Informou, ainda, que a repactuação pretendida será retroativa a 01/01/2023, de acordo como data base da categoria definida na convenção coletiva. Assim, haverá diferença a pagar relativa aos meses **janeiro e fevereiro/2023**, no valor de **R\$ 60.804,62** (sessenta mil oitocentos e quatro reais e sessenta e dois centavos) - e até o mês que esta for formalizada. A partir do mês seguinte, a contratada emitirá NF com o valor mensal repactuado. O chefe da SEAP informa, também, que para o custeio da repactuação de 2023 será necessário o reforço de **R\$ 732.272,68** (setecentos e trinta e dois mil duzentos e setenta e dois reais e sessenta e oito centavos) na nota de empenho, sendo:

I - Nota de empenho 2023NE000144: **R\$ 5.408,83** (cinco mil quatrocentos e oito reais e oitenta e três centavos);



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

II - Nota de empenho 2023NE000142: **R\$ 726.861,85** (setecentos e vinte e seis mil oitocentos e sessenta e um reais e oitenta e cinco centavos).

04. Por meio do Despacho n. 558/2023 ([0988289](#)), o titular da SAOFC determinou o envio do processo à **COFC** para proceder o reforço nas notas de empenho, à **SECONT** para elaborar minuta de instrumento contratual considerando o teor da referida Informação e, por fim, a esta unidade para análise jurídica.

05. Interrompendo a tramitação determinada no referido despacho, juntou-se ao processo a Solicitação n. 09/2023 - COMSEG ([0988323](#)), na qual seu titular, em suma, relatou a necessidade de reforço no seu quadro de servidores, medida que está buscando uma solução e o acréscimo de **01 (um) posto de trabalho de Desenhista Técnico na área de Construção Civil e Arquitetura**, para auxiliar a **Assessoria de Engenharia (ASSENGE)** nas demandas ali registradas. Sobre os reflexos financeiro do ato, apurados de acordo com os cálculos da planilha de repactuação ([0987485](#)), registra que o referido posto terá um **custo mensal de R\$ 7.015,17** (sete mil quinze reais e dezessete centavos). Sendo a ativação do posto a **partir de 01/04/2023**, o custo dos 9 meses do exercício de 2023 será de **R\$ 63.136,53** (sessenta e três mil cento e trinta e seis reais e cinquenta e três centavos) e R\$ 84.182,04 (oitenta e quatro mil cento e oitenta e dois reais e quatro centavos) por exercício a partir de 2024. Por fim, informa que, caso não haja fonte na unidade gestora - e em outras unidades da SAOFC - para o suporte da despesa no exercício de 2023, oferece a fonte do recurso que está disponibilizada no **item de despesa do Planejamento: Manutenção predial sob demanda - imóveis da JE** em Rondônia que hoje consta com um montante de **R\$ 654.215,24** (seiscentos e cinquenta e quatro mil duzentos e quinze reais e vinte e quatro centavos).

06. No Despacho n. 569/2023 ([0988752](#)), o titular da SAOFC considerou a necessidade do acréscimo pleiteado, contudo, diante da inexistência de disponibilidade orçamentária por parte da unidade gestora, manifestou-se que o acréscimo do posto se limitará apenas ao exercício de 2023, em virtude das demandas reprimidas dos exercícios 2021 e 2022, evitando-se despesas de natureza continuada para futuros exercícios e a retomada da tramitação do processo, com envio à **COFC** para providenciar o remanejamento orçamentário, conforme delineado pela unidade solicitante no item 9 e demais providências da **SECONT** e **AJSAOFC**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

07. Em cumprimento, o Coordenador da COFC realizou o **ajuste no plajejamento orçamentário** ([0989092](#)) e indicou a necessidade da reforço dos empenhos para a **repactuação** na ordem de R\$ 513.831,60 à Nota de Empenho 2023NE000142 e de R\$ 5.408,83 à Nota de Empenho 2023NE000144 ([0989096](#)), motivo pelo qual vieram ao processo os documentos juntados nos eventos [0989713](#) e [0989714](#).

08. Por fim, veio ao processo a minuta do Termo Aditivo n. 5 ao Contrato Administrativo n. 06/2022 para o registro dos incidentes de execução relatados ([0990367](#)). Assim instruídos vieram os autos a esta Assessoria Jurídica para análise e emissão de parecer. **É o necessário relato.**

II – ANÁLISE JURÍDICA

2.1 Da repactuação ao Contrato n. 006/2022

09. Várias são as orientações da Corte de Contas Nacional a respeito das repactuações de contratos de prestação de serviços contínuos por via dos Acórdãos TCU n. 474/2005 – Plenário e 1563/2004 - Plenário.

10. Veja-se, ainda, o art. 55 da IN SLTI/MPOG n. 05/17:

Art. 55 - O interregno mínimo de um ano para a primeira repactuação será contado a partir:

I - da data limite para apresentação das propostas constante do ato convocatório, em relação aos custos com a execução do serviço decorrentes do mercado, tais como o custo dos materiais e equipamentos necessários à execução do serviço; ou

II - da data do Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalente vigente à época da apresentação da proposta quando a variação dos custos for decorrente da mão de obra e estiver vinculada às datas-bases destes instrumentos.

11. Assim, pela análise técnica da gestão contratual, inclusive com relação aos cálculos, parece aplicável a regra da repactuação registrada no Contrato Administrativo n. **006/2022**, o qual previu expressamente as situações de repactuação do ajuste nas hipóteses de majoração dos valores de mão de obra – como, ademais, de outros componentes de



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

custo do contrato, a exemplo dos insumos, conforme registro na **Cláusula Vigésima Quarta** do referido instrumento juntado no evento [0818369](#).

12. Como trata-se de requerimento de repactuação ([0987368](#)) fundado em majoração decorrente de elevação do vale transporte da cidade de Porto Velho, com aumento para R\$ 6,00 (seis reais) por passagem, dos salários e auxílio-alimentação, em razão de CCT e demonstrada na solicitação de repactuação ([0987368](#)) e na análise da unidade gestora da contratação ([0987821](#)), na qual registra também que as alterações nos demais itens que compõem a planilha de custos e formação de preços são decorrentes da aplicação de percentuais relativos a encargos sociais e carga tributária sobre a remuneração e sobre a soma destes com insumos, despesas administrativas, lucro.

13. Assim, verifica-se que a pretensão tem previsão expressa no **art. 12 do Decreto Federal n. 9.507/18**, no Acórdão Plenário TCU 1.563/04 e art. 54 da IN SLTI/MPOG n. 005/17, motivo pelo qual esta Assessoria Jurídica entende que estão presentes os requisitos para o deferimento da repactuação pleiteada, ademais lastreadas por cláusula contratual.

14. Deferida a repactuação aqui analisada, entende-se que se devem majorar os valores contratados desde 01/01/2023, para os postos de trabalho constantes do contrato originário, bem como aqueles que foram acrescidos por meio dos Termos Aditivos n. 1/2022 ([0833470](#)); n. 2/2022 ([0866973](#)) e n. 4/2022 ([0975960](#)), neste último, apenas a partir de 15/02/23. Nesse compasso, os períodos estão albergados pela regra permissiva do **art. 58, III, da IN MPOG/SLTI n. 005/17**, disposição analogicamente integrante do contrato celebrado pelas partes, a teor da **Clausula Vigésima Quarta**, veja-se:

Art. 58 - Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas da seguinte forma:

I - a partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação, como regra geral;

II - em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade e para concessão das próximas repactuações futuras;
ou

III - em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão de obra em que o próprio fato gerador, na forma de Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras. (sem grifo no original)

Contrato Administrativo n. 6/2022:

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – O orçamento considerado para a apresentação das propostas, tem como data-base o mês de janeiro/2022, data da convenção coletiva SINTELPES/RO X SEAC/RO. Dessa forma, nos termos do Art. 53 e seguintes da IN 05/2017 e do Acórdão TCU 1563/04 – Plenário, a futura contratada poderá solicitar a primeira repactuação do valor do contrato 01 (um) ano após essa data-base, ou seja, janeiro de 2023, desde que já fixado o índice de reajuste por acordo, convenção ou dissídio coletivo. (sem destaques no original)

15. Destaca-se que, **para os serviços prestados nos meses de janeiro e fevereiro de 2023,** a Administração apenas arcará financeiramente com a diferença entre os valores já pagos à contratada e aqueles objeto desta repactuação, na forma indicada na Informação da unidade gestora ([0987821](#)) e de acordo com a regra prevista no **parágrafo único do art. 58, da IN MPOG/SLTI nº 005/17**, veja-se:

Parágrafo único - Os efeitos financeiros da repactuação deverão ocorrer exclusivamente para os itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

2.2 Do aditivo pretendido - acréscimo de um posto temporário de Desenhista Técnico (Construção Civil e Arquitetura) ao objeto inicial do contrato

16. Preliminarmente, cumpre registrar que a presente manifestação toma por base exclusivamente os elementos que constam dos autos deste processo administrativo. Ainda, ressalte-se que, conforme art. 58-A, inciso I c/c XI, do Regimento Interno do Corpo Administrativo do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, com redação dada pelo Resolução TRE-RO n. 11/2022, e dos demais atos normativos que regulamentam as atividades dos Assessores Jurídicos, incumbe a esta



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Assessoria prestar consultoria ao Tribunal sob o prisma estritamente jurídico, **não lhe competindo adentrar à conveniência e à oportunidade dos atos praticados no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia**, nem analisar aspectos de natureza eminentemente técnico-administrativa, não adentrando **no mérito dos valores dos acréscimos dos aditivos**.

17. A prerrogativa de alteração unilateral do contrato, ora em análise, encontra previsão expressa no art. 65 da Lei n. 8.666/93, de forma literal:

Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as **devidas justificativas**, nos seguintes casos:

I - **unilateralmente** pela Administração:

(...)

b) quando **necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo** ou diminuição **quantitativa** de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei;

(...)

§ 1º O contratado fica **obrigado** a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os **acrécimos** ou supressões que se fizerem nas obras, **serviços** ou compras, **até 25%** (vinte e cinco por cento) do **valor inicial atualizado do contrato**, e, no caso particular de reforma de edifício ou de equipamento, até o limite de 50% (cinquenta por cento) para os seus acréscimos. (Sem grifo no original)

18. Por sua vez, o acréscimo contratual pretendido tem como justificativa as detalhadas informações prestadas pela COMSEG, descritas na Solicitação n. 10/23 juntada no evento [0988323](#) e reproduzidas, no que relevante, no relatório deste parecer, consistentes, em suma, na **necessidade comprovada de crescer, a partir de 1º/04/2023, (um) posto de trabalho de Desenhista Técnico (Construção Civil e Arquitetura)** para atender as demandas da **Assessoria de Engenharia (ASSENGE)**, na forma detalhada pela unidade gestora.

19. Contudo, dadas as limitações orçamentárias, o senhor Secretário da SAOFC, embora tenha reconhecido a necessidade do acréscimo pleiteado, face a inexistência de disponibilidade orçamentária pela unidade gestora, manifestou-



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

se que o acréscimo do posto se limitará apenas ao exercício de 2023, também em virtude das demandas reprimidas dos exercícios 2021 e 2022, evitando-se despesas de natureza continuada para futuros exercícios.

20. De acordo com os registros que constam da minuta do contrato ([0990367](#)), o acréscimo contratual assim modulado pelo senhor Secretário da SAOFC, representa o percentual de **0,64%** (sessenta e quatro décimos por cento) sobre o valor do contrato, correspondente ao valor de **R\$ 63.136,53** (sessenta e três mil cento e trinta e seis reais e cinquenta e três centavos), sendo essa a suplementação orçamentária juntada ao processo ([0989713](#) e [0989714](#)) que considerou a majoração da despesa com o referido posto de trabalho tão só no período de 1º/04/2023 a 31/12/2023 ([0989096](#)). Registre-se, ainda, que o acréscimo ora postulado pela COMSEG, quando somado com aqueles já autorizados pela Administração (2,64% no TA n. 01; 1,74% no TA n. 02; 0,075% no TA n. 03 e 2,93% no TA n. 04 - vide Anexo I da minuta juntada no evento [0990367](#)), não excedem o limite legal definido no **§ 1º do art. 65 da Lei n. 8.666/93**.

21. Nesses termos, sem adentrar no mérito da medida administrativa proposta, esta Assessoria se manifesta pela **possibilidade jurídica do acréscimo pretendido**, com registro do ato em termo aditivo ao Contrato Administrativo n. 06/2022 ([0818369](#)), com **fundamento no art. 65, § 1º da Lei n. 8666/93** e na **Cláusula Vigésima Terceira, item I, 2.**, do Contrato Administrativo n. 06/2022.

III - DA MINUTA CONTRATUAL

22. A SECONT trouxe ao processo a MINUTA DO TERMO ADITIVO N. 5 ([0990367](#)) ao Contrato Administrativo n. 06/2022, competindo a esta Assessoria Jurídica analisá-la, consoante dicção do parágrafo único do art. 38 da Lei n. 8.666/93.

23. Assim, após análise de seus aspectos formais, verifica-se que o referido instrumento contempla a contento as informações necessárias e suficientes para o propósito dos atos aqui narrados e analisados (repactuação dos valores do



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

contato e acréscimo do seu objeto), estando também em **conformidade** com as regras do art. 55 da Lei n. 8.666/93, atendendo aos princípios e diretrizes que norteiam a sua aplicação, **não havendo reparos a fazer nessa seara.**

24. Destaca-se, ainda, a regra sistematizada na **CLÁUSULA TERCEIRA** da referida minuta acerca da obrigação de a contratada apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da assinatura do aditivo, a **complementação de GARANTIA** no importe de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do novo Termo Aditivo, no **valor de R\$ 23.897,30** (vinte e três mil oitocentos e noventa e sete reais e trinta centavos), a qual deverá ter prazo de validade de 03 (três) meses após o término do período de execução contratual, em uma das modalidades previstas no art. 56, § 1º, da Lei 8.666/93 e nos termos e condições do art. 56, § 2º, da Lei 8.666/93, consoante regras estabelecidas na Cláusula Quinta do Contrato originário. Nessa linha, deverá a contrata ser **notificada** para o cumprimento da referida obrigação.

IV – DA CONCLUSÃO

25. Pelo exposto, opina esta Assessoria Jurídica:

I - pelo **deferimento da repactuação** nos exatos termos demonstrados na Informação n. 56/2023 da unidade gestora ([0987821](#)) e planilha de cálculos ([0987800](#)), de acordo com o TERMO ADITIVO À CONVENÇÃO COLETIVADE TRABALHO 2023/2023 ([0987370](#)), com fundamento no **art. 12 do Decreto Federal n. 9.507/18, Acórdão TCU n. 1.563/2004 - Plenário e art. 54 da IN SLTI/MPOG n 005/17**, ademais, reprise-se, com expressa previsão na CLAUSULA VIGÉSIMA QUARTA do referido contrato; e

a) pela consequente atualização dos valores do Contrato n. 06/2022, nos termos da referida Informação e planilha de cálculos; e

b) considerando que a repactuação pleiteada é retroativa 01/01/2023 e que a contratada já está remunerando a mão de obra vinculada ao contrato com os salários e benefícios reajustados pela Convenção Coletiva de 2023, **a Administração apenas arcará financeiramente com a diferença entre os valores já pagos à contratada e aqueles objeto**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

desta repactuação, na forma prevista no contrato e nos termos do parágrafo único do artigo 58, da IN MPOG/SLTI n. 005/17.

II - Pela possibilidade jurídica do **acréscimo pretendido**, na forma descrita na Solicitação n. 09/2023 - COMSEG ([0988323](#)), mas modulada pelo Despacho n. 569/2023 ([0988752](#)) do titular da SAOFC, com registro do ato em termo aditivo, com **fundamento no art. 65, § 1º da Lei n. 8666/93** e na **Cláusula Vigésima Terceira, item I, 2.**, do Contrato Administrativo n. 06/2022, havendo ainda, comprovação da disponibilidade orçamentária para o custeio da despesa no período de 1º/04/2023 a 31/12/2023.

26. Ainda, para cumprimento do **art. 38, parágrafo único, da Lei n. 8.666/93**, esta Assessoria Jurídica **APROVA** os termos da MINUTA DO TERMO ADITIVO N. 5 ao Contrato Administrativo n. 06/2022, juntada ao processo no evento [0990367](#), estando o instrumento apto a produzir os efeitos pretendidos pela Administração com os atos ali registrados.

À consideração da autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **JAMIL JANUARIO**, Assessor Jurídico, em 23/03/2023, às 13:11, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0990825** e o código CRC **808A7787**.

0001400-55.2021.6.22.8000

PROCESSO: 0001400-55.2021.6.22.8000

INTERESSADO: SEÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO PREDIAL

ASSUNTO: Repactuação - CCT/2023 SINTELPES-SEAC-RO - Acréscimo Contratual – 01 (um) posto de trabalho de Desenhista Técnico - Construção Civil e Arquitetura - Contrato n. 06/2022 – Contratada: COMPLIANCE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO E GESTÃO DE MÃO DE OBRA LTDA. - Prestação de serviços continuados de apoio administrativo, operacional, à manutenção predial, transporte e técnico.

DESPACHO Nº 306 / 2023 - PRES/DG/GABDG



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Trata-se de processo administrativo no qual, após regular processo licitatório, operou-se a contratação da empresa COMPLIANCE Serviços de Locação e Gestão de Mão de Obra LTDA., para a prestação de serviços continuados de Apoio Administrativo, Apoio Operacional, Apoio à Manutenção Predial, Apoio de Transporte e Apoio Técnico, pelo prazo **inicial de 30 (trinta) meses, a contar de 02/05/2022**, nos termos registrados no Contrato Administrativo n. 06/2022 ([0818369](#)), o qual se encontra em plena vigência.

Por meio do e-mail ([0987366](#)) e requerimento datado de 14/03/2023 ([0987368](#)), a contratada requereu **repactuação/reajuste dos preços** do contrato supracitado em decorrência da Convenção Coletiva de Trabalho de 2023 (CCT/2023) SINTELPES-SEAC-RO ([0987370](#)).

Após análise das planilhas de custos apresentadas pela empresa contratada ([0987800](#)), o gestor do contrato registrou sua concordância com os valores apontados pela contratada. Na Informação n. 56/2023-SEAP ([0987821](#)), está registrado que, com a repactuação de 2023, o valor mensal da prestação dos serviços passará de R\$ 312.510,81 (trezentos e doze mil quinhentos e dez reais e oitenta e um centavos) para R\$ 338.966,82 (trezentos e trinta e oito mil novecentos e sessenta e seis reais e oitenta e dois centavos), o que significa uma majoração na ordem de **8,99%** (oito, vírgula noventa e nove por cento) no valor mensal dos serviços contratados. Como consequência, o **valor da contratação sofrerá atualização de 4,44% (quatro vírgula quarenta e quatro por cento)**.

Registrou, ainda, a necessidade de pagamento da diferença a ser faturada pela contratada relativa aos meses de janeiro e fevereiro/2023 no valor de **R\$ 60.804,62** (conforme planilhas - evento [0987659](#)), oriunda da retroatividade da CCT/2023, e da necessidade de reforço no valor de R\$ 732.272,68 (setecentos e trinta e dois mil duzentos e setenta e dois reais e sessenta e oito centavos), a saber: 1 - para a nota de empenho 2023NE000144, o valor de **R\$ 5.408,83** (cinco mil quatrocentos e oito reais e oitenta e três centavos); 2 - para a nota de empenho 2023NE000142, o valor de **R\$ 726.861,85** (setecentos e vinte e seis mil oitocentos e sessenta e um reais e oitenta e cinco centavos).

Neste ínterim, a Coordenadoria de Obras, Manutenção e Serviços Gerais - COMSEG solicitou o acréscimo de 01 (um) posto de trabalho: Desenhista Técnico (Construção Civil e Arquitetura) para auxiliar a Assessoria de Engenharia -



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ASSENTE, com ativação do posto a partir de 01/04/2023 (Solicitação n. 9/2023-COMSEG, evento [0988323](#)). Esse acréscimo terá um custo para esse exercício (9 meses) de R\$ 63.136,53 (sessenta e três mil cento e trinta e seis reais e cinquenta e três centavos) e R\$ 84.182,04 (oitenta e quatro mil cento e oitenta e dois reais e quatro centavos) por exercício a partir de 2024. A referida unidade solicitante informa ainda que, caso não haja fonte na unidade gestora e em outras unidades da SAOFC que possa suportar o referido acréscimo, neste exercício, oferece a fonte do recurso que está disponibilizada no **item de despesa do Planejamento: Manutenção predial sob demanda - imóveis da JE** em Rondônia, que hoje conta com um montante de **R\$ 654.215,24**.

Referida solicitação obteve a manifestação favorável da SAOFC (Despacho n. 569/2023-GABSAOFC, evento [0988752](#)).

Em atendimento aos cálculos apresentados pela unidade gestora e a necessidade de custeio da diferença informada, a COFC informa a realização de ajuste no planejamento orçamentário ([0989092](#)). De acordo com o Despacho n. 232/2023-COFC ([0989096](#)), registra que o reforço de saldo do empenho 2023NE000142 equivale ao montante de R\$ 450.695,07, atuais disponibilidades da SEAP, acrescido de R\$ 63.136,53 (fonte SEMAP) cujo remanejamento foi autorizado pela SAOFC. Ademais, conforme orientações da SAOFC, a insuficiência de R\$ 276.166,78 (duzentos e setenta e seis mil cento e sessenta e seis reais e setenta e oito centavos) no orçamento ordinário deve ser objeto de pedido de suplementação na 1ª Fase de Créditos em tramitação nos autos nº [0000150-50.2022.6.22.8000](#).

Em seguida, a SPOF juntou aos autos as Notas de Dotação ([0989125](#) e [0989127](#)) e os Registros Orçamentários 2023RO000386 ([0989208](#)) e 2023RO000387 ([0989209](#)), para reforço das Notas de Empenho 2023NE000142 ([0989713](#)) e 2023NE000144 ([0989714](#)), respectivamente, no valor total de R\$ 92.610,02 (noventa e dois mil seiscentos e dez reais e dois centavos).

A SECONT elaborou a minuta de Termo Aditivo nº 05 ao Contrato nº 06/2022 ([0990367](#)), para registro dos valores repactuados e acréscimo solicitado, remetendo à Assessoria Jurídica da SAOFC ([0990370](#)).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Instada a se manifestar, a Assessoria Jurídica da SAOFC emitiu o Parecer Jurídico nº 53/2023 ([0990825](#)), pelo qual opinou: I - pelo deferimento da repactuação, nos exatos termos demonstrados na Informação n. 56/2023 da unidade gestora ([0987821](#)) e planilha de cálculos ([0987800](#)), de acordo com a CCT 2023/2023 ([0987370](#)), com fundamento no art. 12 do Decreto Federal n. 9.507/18, Acórdão TCU n. 1.563/2004 - Plenário e art. 54 da IN SLTI/MPOG n 005/17, ademais, reprise-se, com expressa previsão na Cláusula Vigésima Quarta do referido contrato; II - possibilidade jurídica do acréscimo pretendido, na forma descrita na Solicitação n. 09/2023 - COMSEG ([0988323](#)), mas modulada pelo Despacho n. 569/2023 ([0988752](#)) do titular da SAOFC, com registro do ato em termo aditivo, com fundamento no art. 65, § 1º da Lei n. 8666/93 e na Cláusula Vigésima Terceira, item I, 2, do Contrato Administrativo n. 06/2022, havendo ainda, comprovação da disponibilidade orçamentária para o custeio da despesa no período de 1º/04/2023 a 31/12/2023.

Ressalta, ainda, o fato de que a repactuação pleiteada é retroativa a 1º/01/2023 e, considerando que a contratada já está pagando a mão de obra vinculada ao contrato com os salários e benefícios conforme reajustado pela Convenção Coletiva de 2023, a Administração apenas arcará financeiramente com a diferença entre os valores já pagos à contratada e aqueles objeto desta repactuação, na forma prevista no contrato, nos termos do parágrafo único do artigo 58, da IN MPOG/SLTI nº 005/17. Além disso, em cumprimento do art. 38, parágrafo único, da Lei n. 8.666/93, aprovou os termos da minuta de Termo Aditivo nº 5 ao Contrato n. 6/2022 ([0990367](#)).

A SAOFC manifestou-se favorável ao deferimento da repactuação no percentual de 8,99% (oito inteiros e noventa e nove centésimos por cento) sobre o valor mensal dos serviços contratados, em decorrência da homologação da CCT 2023/2023, registrada no Ministério do Trabalho e Emprego em 24 de janeiro de 2023, com fundamento no [art. 12 do Decreto Federal 9.507/18](#) c/c [Acórdão TCU nº 1.563/2004 - Plenário](#) e [art. 54 da IN SLTI/MPOG nº 005/17](#) e, ainda, conforme previsão expressa na Cláusula Vigésima Quarta do supracitado contrato. Manifestou-se, também, pela atualização dos valores do Contrato nº 06/2022 ([0818369](#)), fixando seu novo valor em R\$ 9.740.309,56, devido ao impacto de 4,44%, nos termos do quadro demonstrativo exposto pela unidade gestora na Informação nº 56/2023 - SEAP ([0987821](#)) e planilha de cálculos da repactuação; pela autorização do pagamento apenas da diferença entre os valores já pagos à contratada e aqueles objeto desta repactuação na forma prevista no contrato e nos termos do parágrafo único do art. 58 da Instrução Normativa MPDG n.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

05/2017, uma vez que a repactuação pleiteada é retroativa a 01/01/2023; pelo acréscimo contratual de 0,64% no valor do contrato, referente a 01 (um) posto de trabalho de Desenhista Técnico (Construção Civil e Arquitetura), a contar de 1º de abril de 2023 a 31 de dezembro de 2023, com fundamento no art. 65, § 1º da Lei nº 8.666/93 e na Cláusula Vigésima Terceira, item I, 2 do aludido contrato; pela ativação de 01 (um) posto de trabalho de Desenhista Técnico (Construção Civil e Arquitetura), a contar de 1º de abril até 31 de dezembro de 2023; e pela complementação da garantia contratual (Manifestação n. 144/2023 - [0991302](#)).

Conforme bem asseverado pela Assessoria Jurídica, tratando-se de requerimento de repactuação fundado em majoração decorrente de elevação dos custos de mão de obra, vale transporte e auxílio alimentação, em razão de CCT efetivamente demonstrada na solicitação de repactuação ([0987366](#) e [0987368](#)) e na análise da unidade gestora da contratação ([0987821](#)), situação prevista expressamente pelo art. 12 do Decreto Federal nº 9.507/18, pelo Acórdão Plenário TCU 1.563/04-Plenário e pelo art. 54 da IN SLTI/MPOG nº 005/17, estão presentes os requisitos para o deferimento da repactuação pleiteada e prevista em cláusula contratual.

Quanto ao acréscimo solicitado pela COMSEG ([0988323](#)) de 01 (um) posto de Desenhista Técnico (Construção Civil e Arquitetura), a contar de 1º de abril até 31 de dezembro de 2023, verifica-se que foi devidamente justificado pela unidade demandante e corresponde à **0,64% (sessenta e quatro décimos por cento)** do valor do Contrato Administrativo nº 06/2022 ([0818369](#)) que, somado com os acréscimos anteriores já autorizados pela Administração (2,64% no TA n. 01; 1,74% no TA n. 02; 0,075% no TA n. 03 e 2,93% no TA n. 04 - vide Anexo I da minuta juntada no evento [0990367](#)), não ultrapassa o limite de 25% imposto pelo § 1º do art. 65 da Lei n. 8.666/93, bem como encontra-se previsto na **Cláusula Vigésima Terceira, item I, 2**, do Contrato Administrativo n. 06/2022.

Em razão do exposto, pelo que consta dos autos e com base na Convenção Coletiva de Trabalho de 2023 (CCT/2023) SINTELPES-SEAC-RO ([0987370](#)), na Informação n. 56/2023-SEAP ([0987821](#)) e planilhas apresentadas pela unidade gestora, com fulcro no **artigo 1º, II, da Portaria TRE-RO nº 66/2018**:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- 1. Autorizo o registro da repactuação requerida no percentual de 8,99%** (oito inteiros e noventa e nove centésimos por cento) ao **Contrato nº 06/2022 (0818369)**, sobre o valor mensal dos serviços contratados (já inclusos os respectivos encargos legais), **a contar de 1º/01/2023**, em face da homologação da **Convenção Coletiva de Trabalho SINTELPES-SEAC-RO (0987370)**, com fundamento no [art. 12 do Decreto Federal nº. 9.507/2018](#), combinado com o [Acórdão TCU nº. 1.563/2004](#) e [art. 54 da Instrução Normativa nº. 5/2017 da SLTI/MPOG](#) e Cláusula Vigésima Quarta do Contrato originário;
- 2. Determino a atualização dos valores do Contrato Administrativo n. 06/2022 (0818369)**, fixando seu novo valor em **R\$ 2.011.949,88** (dois milhões, onze mil novecentos e quarenta e nove reais e oitenta e oito centavos), nos termos do quadro demonstrativo constante da Informação n. 56/2023-SEAP ([0987821](#)) e planilha de cálculos da repactuação;
- 3. Determino o pagamento apenas da diferença entre os valores já pagos à contratada e aqueles objeto desta repactuação**, na forma prevista no contrato, e nos termos do parágrafo único do art. 58 da Instrução Normativa MPDG n. 05/2017, uma vez que a repactuação pleiteada é retroativa a **1º/01/2023**;
- 4. Autorizo o acréscimo de 0,64%** (sessenta e quatro décimos por cento) **no valor do contrato, referente a 01 (um) posto de trabalho de Desenhista Técnico (Construção Civil e Arquitetura), a contar de 1º de abril de 2023 a 31 de dezembro de 2023**, com fundamento no art. 65, § 1º da Lei nº 8.666/93 e na Cláusula Vigésima Terceira, item I, 2 do aludido contrato;
- 5. Autorizo a ativação de 01 (um) posto de trabalho de Desenhista Técnico (Construção Civil e Arquitetura), a contar de 1º de abril de 2023 a 31 de dezembro de 2023**; e
- 6. Determino a notificação da Contratada para complementação da garantia contratual, no valor de R\$ 23.897,30** (vinte e três mil oitocentos e noventa e sete reais e trinta centavos), correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do novo Termo Aditivo, em uma das modalidades previstas no art. 56, § 1º, da Lei n.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

8.666/93 e nos termos do art. 56, § 2º, da Lei n. 8.666/93, a qual deverá ter prazo de validade de 3 (três) meses após o término do período de execução contratual.

À SAOFC para continuidade dos procedimentos de execução do contrato.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 28/03/2023, às 18:29, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0993017** e o código CRC **7D9C1556**.